

# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **52ª LEGISLATURA**

### **(2003 A 2007)**



### **Sessão Legislativa 2006**

#### **Mesa Diretora**

Presidente: Aldo Rebelo

1º Vice-Presidente: José Thomaz Nonô

2º Vice-Presidente: Ciro Nogueira

1º Secretário: Inocêncio Oliveira

2º Secretário: Nilton Capixaba

3º Secretário: Eduardo Gomes

4º Secretário: João Caldas

Suplentes de Secretário:

1º Suplente: Givaldo Carimbão

2º Suplente: Jorge Alberto

3º Suplente: Geraldo Resende

4º Suplente: Mário Heringer

# I – ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Sessão legislativa 2006

	<b>2006</b>
<b>1. Sessões realizadas</b>	<b>253</b>
. Sessões ordinárias deliberativas	64
. Sessão ordinárias não deliberativas	91
. Sessões deliberativas extraordinárias	76
. Sessões solenes	20
. Comissões Gerais	2
<b>2. Matérias aprovadas pelo Plenário</b>	<b>168</b>
- Propostas de Emenda à Constituição	5
- Propostas de Emenda à Constituição - 1º turno	1
- Medida Provisória	60
- Projetos de Lei Complementar	6
- Projetos de Lei	37
- Projetos de Decreto Legislativo	46
- Projetos de Resolução	9
- Outras matérias (Representação, eleição, etc.)	4
<b>3. Matérias rejeitadas pelo Plenário</b>	<b>11</b>
<b>4. Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário*</b>	<b>381</b>
<b>5. Total de matérias apreciadas pelo Plenário</b>	<b>560</b>

\* Concessão de efeito suspensivo ao Recurso em Questão de Ordem, Destaque, Emenda, Mensagem de Retirada de Proposição, Parecer, Recursos, Redação do Vencido em 1º Turno de PEC, Redação Final, Requerimento de Adiantamento de Discussão ou de Votação, Requerimento de Destaque, Requerimento de Encerramento de Discussão, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Preferência, Requerimento de Prorrogação da Sessão, Requerimento de Retirada de Emenda, Requerimento de Retirada de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimento de Votação artigo por artigo, ou de emenda uma a uma, Requerimento de Votação em Globo, Requerimento para Inclusão de Matéria em Pauta, Requerimento para Dispensa de Interstício, Requerimento para Representação da Câmara por Comissão Externa, Subemenda, moção.

	<b>2006</b>
<b>6. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes</b>	<b>563</b>
<b>7. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Temporárias</b>	<b>231</b>

## II – MATÉRIAS APRECIADAS

### SESSÃO LEGISLATIVA 2006

Proposição	Autor	Ementa/ Assunto	Aprovação na Câmara	Situação
<b>PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>				
<b>PEC 347/96</b>	Nicias Ribeiro	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 57 da Constituição Federal (recesso parlamentar)	1º turno 18.1.06  2º turno 1.2.06	Emenda Constitucional 50/06
<b>PEC 7/03</b>	Maurício Rands	Altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, permitindo a contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde através do processo seletivo público.	1º turno 18.1.06  2º turno 1.2.06	Emenda Constitucional 51/06
<b>PEC 199/03</b>	Senado Federal	Altera a redação da alínea “b” e acrescenta alínea “c” ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal, para excluir do monopólio da União a produção, a comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais.	1º turno 18.1.06  2º turno 1.2.06	Emenda Constitucional 49/06
<b>PEC 536/97</b>	Valdemar Costa Neto	Modifica o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEB)	1º turno – 24.1.06  2º turno 2.2.06	Emenda Constitucional 53/06
<b>PEC 548/02</b>	Senado Federal	Dá nova redação ao §1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais. (Verticalização)	1º turno 25.1.06  2º turno 8.2.06	Emenda Constitucional 52/06
<b>PEC 349/01</b>	Luiz Antonio Fleury	Altera a redação dos arts. 52, 53, 55 e 66 da Constituição Federal para abolir o voto secreto nas decisões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. (Voto aberto)	1º turno 5.9.06	Emenda Constitucional 76/03
<b>MEDIDAS PROVISÓRIAS</b>				
<b>MPV 266/05</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 673.621.312,00, para os fins que especifica.	16.1.06	Lei 11.271/06

<b>MPV 267/05</b>	Poder Executivo	Altera dispositivos da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, e dá outras providências.  Emenda do Senado Federal ao PLV 1/06	16.1.06  31.1.06	Lei 11.281/06
<b>MPV 268/05</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00, para os fins que especifica.	19.1.06	Lei 11.272/06
<b>MPV 269/05 PLV 2/06</b>	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências  Emendas do Senado Federal	31.1.06  4.4.06	Lei 11.292/06

<b>MPV 270/05</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 825.908.968,00, para os fins que especifica.	31.1.06	Lei 11.288/06
<b>MPV 271/05</b>	Poder Executivo	Autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País	13.2.06	Lei 11.289/06
<b>MPV 272/05 PLV 3/06</b>	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS; 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP	13.2.06	Lei 11.302/06
		Emendas do Senado Federal	19.4.06	
<b>MPV 273/05</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 516.132.994,00, para os fins que especifica	14.2.06	Lei 11.293/06
<b>MPV 274/05 PLV 5/06</b>	Poder Executivo	Inclui e altera dispositivos na Lei nº5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras providências	14.2.06	Lei 11.297/06

<b>MPV 275/05</b>	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005	7.3.06	Lei 11.307/06
		PLV 10/06 (Senado Federal)	26.4.06	
<b>MPV 276/06 PLV 7/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 350.000.000,00, para os fins que especifica.	14.3.06	Lei 11.294/06
<b>MPV 277/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00 para os fins que especifica	16.3.06	Lei 11.290/06
<b>MPV 278/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 80.000.000,00, para os fins que especifica	29.3.06	Lei 11.299/06
<b>MPV 279/06 PLV 8/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 890.000.000,00, para os fins que especifica	10.4.06	Lei 11.308/06
			16.5.06	
<b>MPV 280/06 PLV 9/06</b>	Poder Executivo	Altera a Legislação Tributária Federal	12.4.06	Lei 11.311/06
		Emendas do Senado Federal ao PLV 9/06	23.5.06	
<b>MPV 281/06 PLV 11/06</b>	Poder Executivo	Reduz a zero as alíquotas de imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica, e dá outras providências	26.4.06	Lei 11.312/06
<b>MPV 282/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 57.554.718,00, para o fim que especifica	26.4.06	Lei 11.309/06

<b>MPV 283/06</b>	Poder Executivo	<p>Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal”.</p>	2.5.06	Lei 11.314/06
<b>MPV 284/06</b> <b>PLV 14/06</b>	Poder Executivo	<p>Altera dispositivos das Leis nº9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 8.212, de 24 de julho de 1991</p>	10.5.06	Lei 11.324/06
		Emendas do Senado Federal	8.6.06	
		Emendas do Senado Federal	28.6.06	



<b>MPV 285/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”  PLV 19/06 do Senado Federal	17.5.06  13.6.06	Lei 11.322/06
<b>MPV 286/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica	25.5.06	Lei 11.315/06
<b>MPV 287/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00, para os fins que especifica	31.5.06	Lei 11.333/06
<b>MPV 288/06 PLV 18/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006	7.6.06	Lei 11.321/06
<b>MPV 289/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 738.000.000,00, para os fins que especifica	7.6.06	Lei 11.316/06
<b>MPV 290/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.775.849.258,00, para os fins que especifica	7.6.06	Lei 11.317/06
<b>MPV 293/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais para os fins que especifica.	4.9.06	Rejeitada
<b>MPV 294/06</b>	Poder Executivo	Cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho – CNRT e dá outras providências.	4.9.06	Rejeitada

<b>MPV 295/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.344/06
<b>MPV 296/06 PLV 20/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.	4.9.06	Lei 11.352/06
<b>MPV 297/06</b>	Poder Executivo	Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.350/06
<b>MPV 298/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.	4.9.06	Lei 11.351/06
<b>MPV 299/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 925.459.839,00, para os fins que especifica.	4.9.06	Lei 11.353/06
<b>MPV 300/06</b>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.354/06

MPV 301/06	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO e do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do IPI; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar e da Carreira de Apoio Operacional à Tecnologia Militar, a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar - GDATM e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo - GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS - FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão, e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.355/06
------------	-----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	---------------

<b>MPV 302/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR, e da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais - GSISTE; a alteração de dispositivos da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, que dentre outras providências reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, de Auditoria-Fiscal da Previdência Social e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; a instituição da Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro - GEASEB; a instituição da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM; e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.356/06
<b>MPV 303/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social nas condições que especifica e altera a legislação tributária federal.	4.9.06	27.10.06 – Perdeu eficácia, sem votação no SF

<b>MPV 304/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima – GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.357/06
<b>MPV 305/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei nº 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.	4.9.06	Lei 11.358/06

<b>MPV 306/06</b>	Poder Executivo	Fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.	4.9.06	Lei 11.359/06
<b>MPV 307/06</b>	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	4.9.06	Lei 11.360/06
<b>MPV 308/06</b>	Poder Executivo	Fixa o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	4.9.06	Lei 11.361/06
<b>MPV 309/06</b>	Poder Executivo	Altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.	4.9.06	Lei 11.362/06
<b>MPV 310/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, no valor total de R\$ 14.875.000,00, para os fins que especifica.	4.9.06	Lei 11.366/06
<b>MPV 311/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 208.000.000,00, para os fins que especifica.	4.9.06	Lei 11.367/06
<b>MPV 312/06</b>	Poder Executivo	Prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	4.9.06	Lei 11.368/06
<b>MPV 313/06</b>	Poder Executivo	Abre <b>crédito</b> extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.	10.10.06	Lei 11.369/06
<b>MPV 314/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 698.797.766,00, para os fins que especifica	7.11.06	Lei 11.370/06
<b>MPV 315/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº303, de 29 de junho de 2006	8.11.06	Lei 11.371/06

<b>MPV 316/06</b> <b>PLV 22/06</b>	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social". Explicação: Estabelece que deve ser adotado um único grau de risco para todos os estabelecimentos da empresa para fins de contribuição para o financiamento das aposentadorias especiais e dos benefícios por incapacidade decorrentes dos ambientes de trabalho; caracteriza a incapacidade acidentária quando for estabelecido nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo correspondente, considerando-se o ramo de atividade da empresa e a entidade mórbida da incapacidade elencada na CID-10 (Classificação Internacional de Doenças); estabelece o INPC como índice de reajuste anual dos benefícios; autoriza o acesso à aposentadoria de servidor no exterior; fixa em 5,01% (cinco inteiros e um centésimo por cento) o aumento dos benefício previdenciários dos segurados da Previdência Social cujos valores superam um salário mínimo , a partir de 1º de agosto de 2006.	21.11.06	Lei 11.385/06
<b>MPV 317/06</b> <b>PLV 23/06</b>	Poder Executivo	Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências". Explicação: Estende as subvenções econômicas às operações contratadas no âmbito do PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar, na safra de 2005 / 2006 e estabelece a desoneração de encargos de inadimplência das parcelas vencidas de dívidas renegociadas no âmbito da Securitização, Pesa e Recoop.	22.11.06	Lei Ordinária 11.420/2006
<b>MPV 318/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 858.478.335,00, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica	22.11.06	Lei 11.385/06

<b>MPV 319/06 PLV 24/06</b>	Poder Executivo	Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei no 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências". Explicação: Revoga as Leis nºs 7.501, de 1986; 9.888, de 1999; e 10.872, de 2004; os arts. 40 e 41 da Lei nº 8.028, de 1990; os arts. 13, 14 e 15 da Lei nº 8.745, de 1993, e o art. 23 da Lei nº 8.829, de 1993.	22.11.06	A Lei Ordinária 11.440/2006
<b>MPV 320/06 PLV 25/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências". Explicação: Cria novo modelo de licença para exploração dos recintos aduaneiros de Zona Secundária, denominado "Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA" (Porto Seco). Altera as Leis nºs 4.502, de 1964; 8.630, de 1993; 9.019, de 1995, 9.069, de 1995; 9.716, de 1998; 10.833, de 2003; 10.893, de 2004 e os Decretos-Lei nºs 37, de 1966; 1.455, de 1976; 2.472, de 1988. Revoga dispositivos das Leis nºs 9.074, de 1995 e 10.893, de 2004 e dos Decretos-Lei nºs 37, de 1966 e 2.472 de 1988	22.11.06	Arquivada
<b>MPV 321/06 PLV 26/06</b>	Poder Executivo	Acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia". Explicação: Permite que os contratos de financiamento no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), celebrados a partir de 13 de setembro de 2006, com recursos dos depósitos da caderneta e poupança possam ser realizados com ou sem cláusula de atualização pela remuneração básica, no caso a TR - Taxa de Referencial.  Emendas do Senado Federal	22.11.06  20.12.06	Lei Ordinária 11.434/2006 (Vetado parcialmente)



<b>MPV 322/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de R\$ 24.528.000,00, para os fins que especifica". Explicação: Destina recursos para apoio financeiro à criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde - CICOM/OMS e Operação Emergencial Brasileira na Área de Conflito no Líbano	22.11.06	Lei 11.386/06
<b>MPV 323/06</b>	Poder Executivo	Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (CICOM/UNITAID), no valor de até R\$ 13.200.000,00"	22.11.06	Lei 11.387/06
<b>MPV 324/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de R\$ 1.504.324.574,00, para os fins que especifica	22.11.06	Lei 11.388/06
<b>MPV 325/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 13.000.000,00, para os fins que especifica". Explicação: Destina recursos para atendimento à população vítima de incêndio ocorrido no Município de Laranjal do Jari, no Amapá, que destruiu casas e estabelecimentos comerciais	23.11.06	Lei 11.389/06
<b>MPV 328/06</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País	13.12.06	Lei Ordinária 11.452/2007 (Vetado parcialmente)
<b>MPV 327/06 (PLV 29/06)</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências". Explicação: Revoga o artigo 11 da Lei nº 10.814, de 2003, que proíbe o plantio de OGM em áreas de conservação e em zona de amortecimento	20.12.06	Lei 11.460/2007 (Vetado parcialmente)
<b>MPV 326/06</b>	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica	20.12.06	Lei Ordinária 11.453/2007

<b>MPV 329/06</b> <b>PLV 30/06</b>	Poder Executivo	Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo". Explicação: Visa o provimento de cargos de Técnico de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo e Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo do Comando da Aeronáutica	20.12.06	Lei Ordinária 11.458/2007
<b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b>				
<b>Proposição</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa/Assunto</b>	<b>Aprovação na Câmara</b>	<b>Situação</b>
<b>PLP 123/04</b>	Jutahy Junior	Regulamenta o parágrafo único do art. 146 e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal e dá outras providências. (Microempresas)	5.9.06 22.11.06	Lei Complementar 123/06
<b>PLP 380/06</b>	Senado Federal	Altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS (prorroga o prazo até 2011)	22.11.06	Lei Complementar 122/06
<b>PLP 76/03</b>	Poder Executivo	Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação. * Substitutivo do Senado Federal	28.11.06	Lei Complementar 125/2007 (Vetado parcialmente)
<b>PLP 22/03</b>	Vander Loubet	Dá nova redação ao art. 45 da Lei Complementar nº31 de outubro de 1977 (Sudam) – Substitutivo do Senado Federal	29.11.06	Lei Complementar 124/2007 (Vetado parcialmente)
<b>PLP 184/04</b>	Poder Executivo	Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências	29.11.06	Lei Complementar 129/2009 (Vetado parcialmente)

<b>PLP 249/05</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a política de resseguro, cosseguro, retrocessão e sua intermediação, de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, e dá outras providências". Explicação: Dispondo sobre a abertura do mercado de resseguros, instituindo duas modalidades de ressegurador estrangeiro: o admitido e o eventual; ficando o IRB – Brasil Resseguros S.A . qualificado como ressegurador local. Regulamentando o artigo 192 da nova Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 40, de 2003).	13.12.06	Lei Complementar 126/2007 (Vetado parcialmente)
-------------------	-----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-------------------------------------------------

**PROJETOS DE LEI**

<b>Proposição</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa/Assunto</b>	<b>Aprovação na Câmara</b>	<b>Situação</b>
<b>PL 735/03</b>	Beto Albuquerque	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro” (Permitindo que haja caracterização de infração ou crime de trânsito por condução de veículo sob influência do álcool ou substância entorpecente, ainda que o condutor se recuse a fazer os testes de alcoolemia, mediante prova testemunhal.)  Emenda do Senado Federal	18.1.06	Lei 11.275/06
<b>PL 4.186/04</b>	Poder Executivo	Altera os limites do Parque Nacional de Brasília	25.1.06	Lei 11.285/06
<b>PL 6.272/05</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e 11.098, de 13 de janeiro de 2005, 10.593, de 6 de dezembro de 2002; e dá outras providências (Super Receita)	1.2.06	Lei Ordinária 11.457/2007 (Vetado parcialmente)
<b>PL 6.448/05</b>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai	1.2.06	Lei 11.323/06
<b>PL 3.248/04</b>	TJDF	Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios	2.2.06	Lei Ordinária 11.697/2008 (Vetado parcialmente)

<b>PL 4.776/05</b>	Poder Executivo	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências (Emendas do Senado Federal)	7.2.06	Lei 11.284/06
<b>PL 3.462/00</b>	Paulo Rocha	Anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, punidos em razão da participação em movimento grevista (emenda do Senado Federal)	8.2.06	Lei 11.282/06
<b>PL 5.855/05</b>	Senado Federal	Altera a Lei nº9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral	22.3.06	Lei 11.300/06
<b>PL 4.559/04</b>	Poder Executivo	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências	22.3.06	Lei 11.340/06
<b>PL 5.610/05</b>	Mesa Diretora	Reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº7, de 2002, do Senado Federal, convalidada pela Lei nº10.863, de 29 de abril de 2004	23.3.06	Lei 11.335/06
<b>PL 5.524/05</b>	Pedro Canedo	Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. (Timemania)	5.9.06	Lei 11.345/06
		Emendas do Senado Federal		
<b>PL 1.410/03</b>	Poder Executivo	Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A	5.9.06	Lei Ordinária 11.447/2007
<b>PL 5.049/05</b>	Ministério Público da União	Regulamenta o artigo 130-A, § 1º, da Constituição Federal, dispondo sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e cria cargos para o apoio técnico-administrativo.	5.9.06	Lei 11.372/06
<b>PL 5.819/05</b>	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.	5.9.06	Lei 11.364/06

<b>PL 6.612/06</b>	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça.	5.9.06	Lei 11.365/06
<b>PL 6.469/05</b>	Ministério Público da União	Dispõe sobre a carreira dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	5.9.06	Lei 11.415/06
<b>PL 7.432/06</b>	Poder Executivo	Denomina "Rodovia Santos-Dumont" a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza - CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro.	5.9.06	Lei 11.363/06
<b>PL 6.467/05</b>	Tribunal de Contas da União	Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União". Explicação: Alterando em 15% (quinze por cento) a remuneração do servidor do TCU.	5.9.06	Lei 11.383/06
<b>PL 5.845/05</b>	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.	5.9.06	Lei 11.416/06
<b>PL 7.561/06</b>	Poder Executivo	Altera a Lei nº6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente	22.11.06	Lei 11.381/06
<b>PL 7.486/06</b>	Poder Executivo	Altera o valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada". Explicação: Revoga a Tabela do Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001.	23.11.06	Lei Ordinária 11.421/2006
<b>PL 5.003/01</b>	Iara Bernardi	Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas	23.11.06	A matéria está no Senado Federal
<b>PL 7.193/06</b>	Poder Executivo	Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências". Explicação: Estabelece que os recursos do Fundo Nacional da Cultura serão aplicados no: Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro – PRODECINE, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro – PRODAV, e no Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estrutura do Cinema e do Audiovisual – PRÓ-INFRA	23.11.06	Lei Ordinária 11.437/2006 (Vetado parcialmente)

<b>PL 7.028/06</b>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor do Ministério Público Federal, os imóveis que especifica, de propriedade do Município do Rio de Janeiro	23.11.06	Lei Ordinária 11.422/2006
<b>PL 1.367/03</b>	Bismarck Maia	Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências Emendas do Senado Federal	28.11.06 20.12.06	Lei 11.438/06
<b>PL 3.285/92</b>	Fábio Feldman	Dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica e dá outras providências Emendas do Senado Federal	29.11.06	Lei Ordinária 11.428/2006 (Vetado parcialmente)
<b>PL 4.591/04</b>	Eduardo Cunha	Altera a Lei 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências – Substitutivo do Senado Federal	29.11.06	Lei Ordinária 11.429/2006
<b>PL 5.290/05</b>	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)	30.11.06	Lei Ordinária 11.444/2007
<b>PL 6.636/06</b>	Senado Federal – Comissão Mista	Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências". Explicação: Altera a Lei nº 9.784, de 1999, incluindo dispositivos que estabelece que o recorrente poderá alegar que a decisão administrativa contraria ou viola súmula com efeito vinculante, cabendo à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula. Regulamenta a nova Constituição Federal	30.11.06	Lei 11.417/06
<b>PL 5.828/01</b>	CLP	Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências (possibilitando a transmissão de peça processual por e-mail – processo virtual)	30.11.06	Lei 11.419/06
<b>PL 1.351/99</b>	Rubens Bueno	Dispõe sobre o mandado de segurança coletivo	30.11.06	Arquivada

<b>PL 6.648/06</b>	Senado Federal – Comissão Mista	Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o art. 102, § 3º, da Constituição Federal”. Explicação: Dispõe que o Supremo Tribunal Federal só conhecerá o recurso extraordinário quando a questão constitucional oferecer “repercussão geral”, considerando a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa. Regulamenta a nova Constituição Federal	30.11.06	Lei 11.418/06
<b>PL 2.366/00</b>	Wellinton Fagundes	Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso (emenda do Senado Federal)	30.11.06	Lei Ordinária 11.433/2006
<b>PL 4.358/01</b>	Feu Rosa	Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências (emendas do Senado Federal)	30.11.06	Lei Ordinária 11.442/2007 (Vetado parcialmente)
<b>PL 7.514/06</b>	Poder Executivo	Altera a Lei nº11.196, de 21 de novembro de 2005”. Explicação: Estabelece incentivos fiscais para empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica quando executados por Instituição Científica e Tecnológica - ICT. Aplica dispositivos da Lei nº 10.973, de 2004	12.12.06	Lei Ordinária 11.487/2007
<b>PL 7.361/06</b>	Senado Federal	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências”. Explicação: Prorroga até, no máximo, dia 31 de dezembro de 2010 os contratos de concessão de serviço público em caráter precário. Altera as Leis nºs 6.766, de 1979; 8.036, de 1990; 8.666, 1993 e 8.987, de 1995; revoga a Lei nº6.528, de 1978	12.12.06	Lei Ordinária 11.445/2007 (Vetado parcialmente)
<b>PL 5.318/05</b>	TST	Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho	13.12.06	Lei Ordinária 11.493/2007
<b>PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO</b>				
<b>PDC 1.109/04</b>	Renato Casagrande	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional.	17.1.06	Decreto Legislativo 1/06
<b>PDC 1.737/05</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.	19.1.06	Decreto Legislativo 58/06
<b>PDC 1.760/05</b>	CREDN	Aprova o texto de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil, em 12 de julho de 2004.	19.1.06	Decreto Legislativo 23/06

<b>PDC 2.015/02</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Kiev, em 16 de janeiro de 2002	2.2.06	Decreto Legislativo 66/06
<b>PDC 2.411/02</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002	2.2.06	Decreto Legislativo 67/06
<b>PDC 1.545/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003	2.2.06	Decreto Legislativo 60/06
<b>PDC 1.628/05</b>	CREDN	Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003	2.2.06	Decreto Legislativo 79/06
<b>MSC 800/05</b> <b>PDC 2.139/06</b>	Poder Executivo	Submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005	9.2.06	Decreto Legislativo 24/06
<b>PDC 1.375/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre Circulação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003	9.2.06	Decreto Legislativo 291/06
<b>PDC 1.380/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro 2000	9.2.06	Decreto Legislativo 292/06
<b>PDC 1.735/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 08 de julho de 2004	9.2.06	Decreto Legislativo 64/06



<b>PDC 1.736/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo Complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004	9.2.06	Decreto Legislativo 63/06
<b>PDC 119/03</b>	CREDN	Aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993	16.3.06	Decreto Legislativo 293/06
<b>PDC 1.424/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Pretória, em 8 de novembro de 2003	16.3.06	Decreto Legislativo 294/06
<b>PDC 1.548/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate ao HIV/SIDA, assinado em 30 de julho de 2002, em Brasília	16.3.06	Decreto Legislativo 295/06
<b>PDC 1.558/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004	16.3.06	Decreto Legislativo 296/06
<b>PDC 1.572/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003	16.3.06	Decreto Legislativo 297/06
<b>PDC 1.731/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco em 14 de abril de 2004	16.3.06	Decreto Legislativo 302/06
<b>PDC 1.758/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 3 de dezembro de 2003, em Damasco	16.3.06	Decreto Legislativo 298/06

<b>PDC 1.798/05</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção Adicional alterando a Convenção para evitar a dupla tributação e regular outras questões em matéria de impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de julho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002	16.3.06	Decreto Legislativo 266/2007
<b>PDC 1.799/05</b>	CREDN	Aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965	16.3.06	Decreto Legislativo 299/06
<b>PDC 1.839/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004	16.3.06	Decreto Legislativo 300/06
<b>PDC 1.897/05</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação aos impostos sobre a renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003	16.3.06	Decreto Legislativo 301/06
<b>PDC 1.913/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004	16.3.06	Decreto Legislativo 303/06
<b>PDC 1.942/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005	16.3.06	Decreto Legislativo 304/06
<b>PDC 1.976/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comum, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005	16.3.06	Decreto Legislativo 305/06
<b>PDC 1.064/01</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Kiev, em 18 de novembro de 1999	16.3.06	Decreto Legislativo 273/06
<b>PDC 1.068/03</b>	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, celebrado em Moscou, em 14 de janeiro de 2002	16.3.06	Decreto Legislativo 306/06

<b>PDC 1.062/01</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo-Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-geral da Organização dos Estados Americanos.	5.9.06	Decreto Legislativo 472/06
<b>PDC 1.393/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.	5.9.06	Decreto Legislativo 475/06
<b>PDC 1.423/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.	5.9.06	Decreto Legislativo 476/06
<b>PDC 1.426/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.	5.9.06	Decreto Legislativo 477/06
<b>PDC 2.237/06</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Cooperação na Área da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.	5.9.06	Decreto Legislativo 410/06
<b>PDC 2.238/06</b>	CREDN	Aprova o texto da Decisão nº 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a Integração e Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005.	5.9.06	Decreto Legislativo 407/06
<b>PDC 2.266/06</b>	CREDN	Aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, aprovado pela Decisão nº 23/05, do Conselho do Mercado Comum, e assinado pelos Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Montevideu, em 9 de dezembro de 2005.	5.9.06	Decreto Legislativo 408/06
<b>PDC 2.349/06</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-Estrutura de Construção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Pequim, em 5 de junho de 2006.	5.9.06	Decreto Legislativo 409/06

<b>MSC 944/06</b> <b>PDC 2.366/06</b>	Poder Executivo	Submete à consideração do Congresso Nacional o pedido de autorização para que o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República possa ausentar-se do País, por trinta dias, a partir do dia 8 de novembro de 2006, para tratamento de saúde, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América.	7.11.06	Decreto Legislativo 473/06
<b>PDC 1.392/04</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção nº178, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho de Trabalhadores Marítimos, bem como a Recomendação nº185, da OIT, ambas assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996	23.11.06	Decreto Legislativo 267/2007
<b>PDC 1.425/04</b>	CREDN	Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em Nova York, em 18 de dezembro de 2002	23.11.06	Decreto Legislativo 483/06
<b>PDC 1.836/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003	23.11.06	Decreto Legislativo 268/2007
<b>PDC 2.145/06</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004	23.11.06	Decreto Legislativo 269/2007
<b>PDC 2.350/06</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, celebrado na cidade de Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005	23.11.06	Decreto Legislativo 484/2006
<b>PDC 2.216/06</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção das Expressões Culturais, celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005	23.11.06	Decreto Legislativo 485/2006
<b>PDC 278/99</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994	7.12.06	Decreto Legislativo 270/2007
<b>PDC 1.041/01</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000	7.12.06	Decreto Legislativo 283/2007

<b>PDC 2.098/05</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004	7.12.06	Decreto Legislativo 271/2007
<b>PDC 1.353/04</b>	Senado Federal	Escolhe o Senhor Luiz Otávio Oliveira Campos para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, §2º, inciso II, da Constituição Federal	13.12.06	Rejeitado A matéria vai ao arquivo
<b>PROJETOS DE RESOLUÇÃO</b>				
<b>PRC 259/05</b>	Nelson Marquezelli	Institui o Grupo Parlamentar Brasil – Áustria e dá outras providências	8.2.06	Resolução 37/06
<b>PRC 251/05</b>	Mesa Diretora	Fixa limite para a complementação de vencimento instituída pelo art. 4º da Resolução nº28, de 1998, e dá outras providências	23.3.06	Resolução 39/06
<b>PRC 9/03</b>	Walter Feldman	Cria o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz	23.11.06	Resolução 40/06
<b>PRC 134/97</b>	Efraim Morais	Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai	23.11.06	Resolução 41/06
<b>PRC 270/05</b>	Vieira Reis	Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Jamaica	23.11.06	Resolução 42/06
<b>PRC 326/06</b>	Mesa Diretora	Autoriza o Presidente da Câmara a dispensar a escolaridade superior para designação a função comissionada	30.11.06	Resolução 43/06
<b>PRC 117/03</b>	Mesa Diretora	Modifica os arts. 7º e 188 do Regimento Interno, estabelecendo a obrigatoriedade de votação pelo sistema eletrônico para escolha dos membros da Mesa Diretora, e demais eleições	30.11.06	Resolução 45/06
<b>PRC 294/06</b>	André Zacharow	Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Belarus – Cooperação Interparlamentar com a chamada República “Bielo-Rússia”	30.11.06	Resolução 44/06
<b>PRC 253/05</b>	Mesa Diretora	Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas	7.12.06	Resolução 46/06
<b>OUTRAS MATÉRIAS</b>				
<b>REP 53/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Roberto Brant	8.3.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 52/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Professor Luizinho	8.3.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo

<b>REP 51/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Pedro Henry	15.3.06	Aprovado o parecer pela improcedência da Representação. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 50/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Pedro Corrêa	15.3.06	Resolução 38/06
<b>REP 55/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Wanderval Santos	22.3.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 43/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado João Magno	22.3.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 44/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado João Paulo Cunha	5.4.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 47/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado José Mentor	19.4.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 48/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Josias Gomes	3.5.2006	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar. A matéria vai ao arquivo
<b>REP 54/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Vadão Gomes	24.5.06	Aprovado o parecer pela improcedência da Representação. A matéria vai ao arquivo
<b>Eleição PDC 2.384/06</b>		Eleição para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União - Dep. Aroldo Cedraz de Oliveira	6.12.06	Secretaria de Arquivo - Senado Federal

<b>REP 46/05</b>	Mesa Diretora	Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado José Janene	6.12.06	Rejeitado o parecer pela perda do mandato parlamentar A matéria vai ao arquivo
------------------	------------------	---------------------------------------------------------------------------------------	---------	-----------------------------------------------------------------------------------

- **COMISSÕES GERAIS**

- TV Digital – 8.2.06
- Avanços nos direitos da Mulher – 8.3.06

- **COMISSÕES ESPECIAIS**

- **Comissões Especiais em funcionamento**

- PEC 2/03 – Lotação Servidor Público
- PEC 3/99 – Mandato Eletivo
- PEC 54/99 – Quadro Temporário Servidor Público
- PEC 58/03 – Alienação de Terras
- PEC 92/95 – Escolha Ministro STF
- PEC 101/03 – Reeleição da Mesa
- PEC 106/99 – Elegibilidade de Cônjuge e Parentes
- PEC 115/95 – Cerrado – Patrimônio Nacional
- PEC 138/03 – Proteção dos Direitos da Juventude
- PEC 200/03 – Servidores de Rondônia
- PEC 215/03 – Acumulação de cargos para militares
- PEC 228/04 – Reforma Tributária (Desmembrada)
- PEC 272/00 – Registro nos Consulados
- PEC 334/96 – Nepotismo
- PEC 349/01 – Abolir o voto secreto
- PEC 431/01 – Recursos Assistência Social
- PEC 438/01 – Trabalho Escravo
- PEC 524/02 - Revitalização Bacia do São Francisco
- PEC 534/02 – Guardas Municipais
- PEC 544/02 – Tribunais Federais Regionais
- PEC 446/05 – Processo Eleitoral de 2006
- PEC 358/05 – Reforma do Judiciário
- PEC 457/05 – Aposentadoria Compulsória
- PEC 157/03 – Revisão Constitucional
- PEC 333/04 – Câmara de Vereadores
- PEC 603/98 – Terrenos de Marinha
- ALCA – Área de Livre comércio das Américas
- Arquivos Governamentais Confidenciais
- Bacias Hidrográficas do Semi-Árido
- PL 1.114/03 – Saneamento Básico
- PL 1.399/03 – Estatuto da Mulher
- PL 146/03 – Licitações e Contratos
- PL 2.671/89 – Combustíveis (PL 2.316/03 apensado)
- PL 2.377/03 – Crédito para Atividades Turísticas
- PL 3.337/04 – Agências Reguladoras

- PL 3.638/00 – Estatuto Portador Necessidades Especiais
  - PL 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude
  - PL 4.846/94 – Consumo de Bebidas Alcoólicas
  - PL 4.874/01 – Estatuto do Desporto
  - PL 5.186/05 – Altera a Lei 9.615/98 (Lei Pelé)
  - PL 5.403/01 – Acesso à Internet
  - PL 5.476/01 – Tarifas da Telefonia Fixa
  - PL 6.222/05 – Lei da Adoção (PL 1.756/03 apensado)
  - PL 203/91 – Política Nacional de resíduos
  - PLP 123/04 – Microempresa
  - PLP 184/04 – SUDECO
  - PLP 76/03 – SUDENE
  - PLP 91/03 – SUDAM
  - Reforma da Previdência
  - Reforma do Judiciário
  - Reforma Política
  - Reforma Trabalhista
  - Reforma Tributária
  - Reforma Universitária
  - RES 29/93 – Documentos Sigilosos
  - Trabalho e emprego doméstico
  - Gestão do Funcafé
  - PL 6.666/06 – Lei do Gás
  - PL 4.679/01 – Adição de farinha de mandioca
  - PEC 487/05 – Defensoria Pública
  - PEC 479/05 – Agentes de combate às endemias
  - PL 5.234/05 – Proteção crianças ameaçadas de morte
  - PEC 533/06 – Competência do STF (Perda de Mandato)
  - PL 3.057/00 – Parcelamento de solo urbano
  - PL 7.200/06 – Reforma Universitária
- **Comissões Especiais encerradas**
    - PEC 536/97 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental
    - PEC07/03 – Agentes Comunitários de Saúde
    - PEC 548/02 – Coligações Eleitorais
    - PEC 199/03 – Utilização de Radioisótopos
    - PEC 347/96 – Sessão Legislativa e Recesso
    - PL 4.776/05 – Gestão de Florestas Públicas
- **COMISSÕES EXTERNAS**
- **Comissões Externas em funcionamento**
    - Vazamento na Indústria Cataguases
    - Desvio de verbas para saúde
    - Averiguar incêndio em Roraima
    - Conflito Parque Nacional do Iguaçu
    - Assassinato fiscais do Ministério do Trabalho
    - Reserva Roosevelt
    - Envenenamento no zôo de São Paulo
    - Enriquecimento de Urânio
    - Conflito entre médicos baianos e planos de saúde
    - Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro



- Ataques a moradores de rua em São Paulo
- Chacina na Baixada Fluminense
  
- **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI**
  
- **CPIs em funcionamento**
  - Tráfico de Armas
  
- **CPIs encerradas**
  - Biopirataria